

Jorge Manuel Guieiro Pereira Isidoro — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 28-07-2012;

Isabel Maria Carneiro Ratão — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 15-09-2012;

Maria Margarida Teixeira Custódio dos Santos — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 11-12-2012;

Gonçalo Nuno Delgado Prates — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 29-12-2012;

Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 15-01-2013;

Maria da Fé David Brás — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 22-01-2013;

Rui Miguel Madeira Lança — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 14-02-2013;

Jessie Mara Donaire Bosisio de Melo — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 19-02-2013;

Catherine Marie Simonot — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 07-03-2013;

Maria da Conceição Rodrigues Ribeiro — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 12-03-2013;

Rui Fernando da Luz Marcelino — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 24-04-2013.

Após obtenção do Título de Especialista:

Abel Marques dos Santos Silva — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental de 5 anos — Efeitos a 11-04-2012.

Após aprovação nas Provas Públicas de Avaliação da Competência Pedagógica e Técnico-Científica:

Maria Celeste Barroso Gameiro — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Efeitos a 16-01-2013;

Cristina Alexandra Canelas Firmino — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Efeitos a 05-02-2013;

Ludovina Rodrigues Galego — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Efeitos a 05-03-2013;

Maria José Conceição Rodrigues Marques — Professor Adjunto com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Efeitos a 23-03-2013.

27/06/2013. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Silvia Cabrita*.

207078156

#### Declaração de retificação n.º 776/2013

Por ter saído com inexatidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 27 de junho de 2013, contrato (extrato) n.º 435/2013, retifica-se que onde se lê «no período de 01 de abril de 2013 a 30 de setembro de 2014» deve ler-se «no período de 1 de abril a 30 de setembro de 2013».

27 de junho de 2013. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Silvia Cabrita*.

207078204

#### Declaração de retificação n.º 777/2013

Por ter saído com inexatidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de junho de 2013 (Edital n.º 636/2013), retifica-se que onde se lê «O presente concurso, aberto por despacho de 15 de março de 2013» deve ler-se «O presente concurso, aberto por despacho de 14 de janeiro de 2013».

27 de junho de 2013. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Silvia Cabrita*.

207078091

#### Edital n.º 683/2013

Doutor João Pinto Guerreiro, professor catedrático e reitor da Universidade do Algarve, faz saber que, pelo prazo de trinta dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o presente edital for publicado no

*Diário da República*, se encontra aberto concurso documental, para recrutamento de um posto de trabalho de professor adjunto, na área disciplinar de Ortoprotesia, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

O presente concurso, aberto por despacho de 15 de março de 2013, do Reitor da Universidade do Algarve, rege-se pelas disposições constantes do artigo 15.º e seguintes do Estatuto da Carreira Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, adiante designado por ECDESP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de março, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio e pela demais legislação e normas regulamentares aplicáveis, designadamente pelo Regulamento n.º 520/2010, de 9 de junho, para a Contratação de Pessoal das Carreiras Docentes na Universidade do Algarve, adiante designado por Regulamento.

1 — Requisitos de admissão:

1.1 — Constitui Requisito de admissão ao concurso, em conformidade com o que determina o artigo 17.º do ECDESP, ser titular do grau de doutor ou do título de especialista, na área ou área afim daquela para que é aberto o concurso.

1.2 — Os opositores ao concurso detentores de habilitações obtidas no estrangeiro devem comprovar o reconhecimento, equivalência ou registo do grau de doutor, nos termos da legislação aplicável.

2 — Formalização das candidaturas:

As candidaturas são apresentadas através de requerimento dirigido ao Reitor da Universidade do Algarve, nos seguintes termos e condições:

2.1 — O requerimento deve conter, entre outros, os seguintes elementos:

- a) Identificação do concurso;
- b) Identificação do candidato pelo nome completo, data de nascimento, nacionalidade e endereço postal e eletrónico;
- c) Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço docente, quando aplicável;
- d) Indicação dos graus detidos pelo candidato;
- e) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura.

2.2 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

- a) Um exemplar em papel do *curriculum vitae* contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção e seriação constantes do ponto 5 do presente edital, recomendando-se que o mesmo seja organizado com os parâmetros de avaliação discriminados abaixo, no ponto 6, e um exemplar em formato digital;
- b) Um exemplar em papel dos trabalhos que hajam sido selecionados pelo candidato como mais representativos do seu *curriculum vitae*, até um máximo de dois, e um exemplar em formato digital;
- c) Relatório sobre os conteúdos, métodos de ensino e bibliografia de uma unidade curricular da área em que é aberto o concurso, em papel e em formato digital;
- d) Cópia do Bilhete de Identidade e cópia da identificação fiscal ou do Cartão do Cidadão;
- e) Declaração do candidato sob compromisso de honra no qual asse-gure não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar, possuir a robustez física e o perfil psíquico exigidos para o exercício das funções e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes.

2.3 — Do *curriculum vitae* deve constar:

- a) Identificação completa;
- b) Forma de contacto, morada, telefone e endereço eletrónico;
- c) Categoria, grupo ou disciplina, tempo de serviço como docente e instituição de ensino superior universitária ou politécnica a que pertence, sempre que aplicável;
- d) Cópia de certificado de habilitações com a respetiva classificação ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito;
- e) Documentos comprovativos de todos os elementos identificados nas alíneas a), c), e d) do ponto 2.3.

2.4 — Os candidatos pertencentes à Universidade do Algarve ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do seu processo individual.

2.5 — Forma de apresentação da candidatura:

2.5.1 — A candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Reitor da Universidade do Algarve, devendo ser entregue pessoalmente na Direção de Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve, sita no piso 0 do edifício da Biblioteca, no *Campus*

da Penha em Faro, ou remetida pelo correio, sob registo, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, para Serviços de Recursos Humanos, *Campus* da Penha, 8005-139 Faro.

2.6 — O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo dos documentos referidos nas alíneas *a)* a *d)* do n.º 2.2 determinam a exclusão da candidatura.

2.7 — Nos termos da alínea *a)* do n.º 4 do artigo 23.º do ECDESP, o júri pode, sempre que entenda necessário, solicitar aos candidatos a entrega de documentação complementar relacionada com o currículo apresentado, determinando o prazo para o efeito.

3 — Júri do concurso:

3.1 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente:

Doutora Maria Fernanda Ludovina Inácio Matias, por delegação de competências do Reitor da Universidade do Algarve.

Vogais:

Doutor Carlos Manuel Bolota Alexandre Correia, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor João Manuel Cunha da Silva Abrantes, professor catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

Doutor Rui Ramos Ferreira e Silva, professor associado da Universidade de Aveiro;

Mestre António Manuel Fernandes Lopes, professor coordenador da Escola Superior de Saúde do Alcoitão e detentor do Título de Especialista na Área de Fisioterapia;

Doutora Maria Dulce da Mota Antunes de Oliveira Estevão, professora coordenadora da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve;

Vogal Suplente:

Doutora Nídia Maria Dias Azinheira Rebelo Braz, professora coordenadora da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve.

3.2 — As deliberações são tomadas por votação nominal fundamentada, por maioria absoluta dos votos dos membros do júri presentes à reunião e quando a maioria dos vogais presentes for externa, não sendo permitidas abstenções.

4 — Admissão e exclusão de candidaturas:

A admissão e exclusão de candidaturas e a notificação dos candidatos excluídos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, processam-se em conformidade com o previsto no artigo 22.º do Regulamento.

5 — Métodos e critérios de avaliação:

5.1 — O método de seleção é a avaliação curricular, através da qual se visa avaliar o desempenho técnico-científico e profissional, a capacidade pedagógica e o desempenho noutras atividades relevantes para a missão da Universidade.

5.2 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados os seguintes critérios, de acordo com as exigências das funções correspondentes à categoria a que respeita o presente concurso:

*a)* O desempenho técnico-científico e profissional do candidato na área disciplinar de Ortoprotesia;

*b)* A capacidade pedagógica do candidato na área disciplinar de Ortoprotesia;

*c)* Outras atividades relevantes para a missão da Universidade que hajam sido desenvolvidas pelo candidato.

6 — Parâmetros de avaliação:

Na aplicação dos critérios referidos no artigo anterior são avaliados os seguintes parâmetros, aos quais são atribuídos os fatores de ponderação indicados na tabela 1:

6.1 — Avaliação do Desempenho Técnico-científico e Profissional:

6.1.1 — Produção técnico-científica. Qualidade e quantidade da produção técnico-científica na área disciplinar para que é aberto o concurso (designadamente livros, artigos em revistas, comunicações em congressos) expressa pelo número e tipo de publicações.

6.1.2 — Participação em projetos científicos. Qualidade e quantidade de projetos científicos em que participou, na área para que é aberto o concurso.

6.1.3 — Orientação de trabalhos académicos e profissionais.

6.1.4 — Intervenção em comunidades científica e profissional.

Avaliação da capacidade de intervenção em comunidades científica e profissional, expressa, designadamente através da organização de eventos, participação na qualidade de (co-) editor de revistas, participação em atividades de revisão de artigos de revistas, comunicações em congressos, apresentação de palestras como convidado, participação em júris académicos e atividades de consultadoria e outras atividades de reconhecido mérito.

6.2 — Avaliação da Capacidade Pedagógica

6.2.1 — Relatório da unidade curricular. Relatório sobre os conteúdos, métodos de ensino e bibliografia de uma unidade curricular da área em que é aberto o concurso.

6.2.2 — Coordenação de projetos pedagógicos. Coordenação e dinamização de novos projetos pedagógicos (e.g. desenvolvimento de novos programas de unidades curriculares, criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, etc.) ou reforma e melhoria de projetos existentes (e.g. reformulação de programas de unidades curriculares existentes, participação na reorganização de cursos ou programas de estudos existentes).

6.2.3 — Produção de material pedagógico. Qualidade e quantidade do material pedagógico produzido pelo candidato, bem como as publicações de índole pedagógica.

6.2.4 — Atividade letiva. Lecionação e coordenação de unidades curriculares. Qualidade da atividade letiva realizada pelo candidato recorrendo, sempre que possível, a métodos objetivos baseados em recolhas de opinião alargadas (inquéritos pedagógicos).

6.2.5 — Participação em júris de provas académicas.

6.2.6 — Outras atividades relacionadas com a atividade de ensino, nomeadamente a participação em júris de seriação no cumprimento de obrigações administrativas inerentes a atividade de ensino.

6.3 — Avaliação das atividades relevantes para a missão da Universidade

6.3.1 — Exercício de cargos de gestão académica em órgãos da unidade de ensino ou da Universidade.

6.3.2 — Direção/Coordenação de curso.

6.3.3 — Participação em júris de concursos para contratação de pessoal docente.

6.3.4 — Outros cargos de gestão de reconhecido interesse público na área de Ortoprotesia.

6.3.5 — Participação como docente em cursos de formação profissional.

6.4 — Os pesos associados aos critérios e parâmetros são os indicados na tabela seguinte.

TABELA 1

**Pesos associados aos critérios e parâmetros de avaliação**

Critérios	Pesos	Parâmetros	Pesos
Desempenho técnico-científico e profissional.	P1 = 0,40	Produção técnico-científica (C11) . . . . .	P11 = 0,30
		Participação em projetos científicos (C12) . . . . .	P12 = 0,20
		Orientação de trabalhos académicos e profissionais (C13) . . . . .	P13 = 0,20
		Intervenção em comunidades científica e profissional (C14) . . . . .	P14 = 0,30
Capacidade pedagógica . . . . .	P2 = 0,50	Relatório de Unidade Curricular (C21) . . . . .	P21 = 0,15
		Coordenação de projetos pedagógicos (C22) . . . . .	P22 = 0,20
		Produção de material pedagógico (C23) . . . . .	P23 = 0,15
		Atividade letiva (C24) . . . . .	P24 = 0,15
		Participação em júris de provas académicas (C25) . . . . .	P25 = 0,20
		Outras atividades relacionadas com a atividade de ensino (C26) . . . . .	P26 = 0,15
Atividades relevantes para a missão da Universidade.	P3 = 0,10	Exercício de cargos em órgãos da unidade de ensino ou da Universidade (C31) . . . . .	P31 = 0,20
		Direção/Coordenação de curso (C32) . . . . .	P32 = 0,20
		Participação em júris de concursos para contratação de pessoal docente (C33) . . . . .	P33 = 0,20
		Outros cargos de gestão de reconhecido interesse público (C34) . . . . .	P34 = 0,20
		Participação como docente em cursos de formação profissional (C35) . . . . .	P35 = 0,20

## 7 — Avaliação e seleção:

7.1 — Finda a fase de admissão ao concurso, o júri dá início à apreciação das candidaturas, tendo em conta os critérios e os parâmetros constantes do presente edital.

7.2 — O júri delibera sobre a aprovação em mérito absoluto, com base no mérito do currículo global dos candidatos na área disciplinar do concurso.

Para tal, cada elemento do júri apresenta as candidaturas que entende não revestir nível compatível com a categoria para que é aberto o presente procedimento concursal, através de propostas escritas fundamentadas. Posteriormente, procede-se à votação de cada uma dessas propostas, não sendo admitidas abstenções. Uma candidatura é rejeitada em mérito absoluto se pelo menos uma proposta nesse sentido obtiver uma maioria de votos favoráveis, de entre os membros do júri presentes na reunião, caso em que as outras propostas no mesmo sentido, em relação ao mesmo candidato, já não serão votadas, podendo mesmo assim ser apensas à ata se algum membro do júri as quiser apresentar como justificação do seu voto. A decisão final sobre cada proposta, bem como o número de votos recolhidos por cada uma delas, e respetivas fundamentações, fazem parte integrante da ata.

7.3 — No caso de não aprovação em mérito absoluto, o júri procede à audiência prévia dos candidatos excluídos que, querendo, se podem pronunciar no prazo de dez dias, aplicando-se o referido no artigo 23.º do Regulamento.

7.4 — O júri procede, de seguida, à avaliação dos candidatos aprovados em mérito absoluto, considerando os critérios e parâmetros de avaliação, bem como os fatores de ponderação, constantes do presente edital.

7.4.1. — Cada membro do júri valoriza, numa escala de 0 a 100, cada critério ou parâmetro, para cada candidato.

7.4.2. — A classificação final é expressa numa escala numérica de 0 a 100 e é calculada ponderando cada parâmetro com o peso correspondente o que conduz à pontuação do critério que, por sua vez será usada com o peso que lhe está consignado para o cálculo da pontuação final.

Expressa como uma fórmula, a classificação final (CF) é calculada do seguinte modo:

$$CF = P1*(C11*P11 + C12*P12 + C13*P13 + C14*P14) + P2*(C21*P21 + C22*P22 + C23*P23 + C24*P24 + C25*P25 + C26*P26) + P3*(C31*P31 + C32*P32 + C33*P33 + C34*P34 + C35*P35).$$

## 8 — Ordenação e metodologia da votação:

8.1 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos critérios e parâmetros de avaliação e correspondentes fatores de ponderação constantes do presente edital.

8.2 — Antes de se iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexo à ata, com a ordenação dos candidatos, devidamente fundamentada, considerando para o efeito o referido no número anterior.

8.3 — Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo admitidas abstenções.

8.4 — O júri utilizará a seguinte metodologia de votação, para a formação da maioria absoluta na ordenação final dos candidatos (mérito relativo):

A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar. No caso de um candidato obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica colocado em primeiro lugar. Se tal não acontecer, repete-se a votação, apenas entre os candidatos que obtiveram votos para o primeiro lugar, depois de retirado o candidato menos votado na primeira votação. No caso de ter havido empate entre dois ou mais candidatos na posição de menos votado e houver pelo menos um que não fica nessa posição, faz-se uma votação apenas sobre esses candidatos que ficaram em último para o desempate. Para esta votação os membros do júri votam no candidato que está mais baixo na sua seriação; o candidato com mais votos é eliminado. Se nesta votação restrita o empate persistir em relação ao mesmo conjunto de elementos, o Presidente do júri decide qual o candidato a eliminar. Se o empate persistir, mas em relação a um conjunto diferente de candidatos, repete-se, nesse caso, o processo de desempate. O processo repete-se até um candidato obter mais de metade dos votos para o primeiro lugar. Retirado esse candidato, o processo repete-se para o segundo lugar, e assim sucessivamente até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos.

## 9 — Participação de interessados e decisão:

9.1 — O projeto de ordenação final é notificado aos candidatos, para efeitos de realização da audiência dos interessados, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicando-se com as devidas adaptações, o disposto no artigo 23.º do Regulamento.

9.2 — Realizada a audiência dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e aprova a lista de ordenação final dos candidatos.

## 10 — Prazo e decisão final:

10.1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o prazo de proferimento da decisão final não pode ser superior a noventa dias seguidos, contados a partir data limite para apresentação das candidaturas.

10.2 — O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado quando o elevado número de candidatos e ou a especial complexidade do concurso o justifique.

## 11 — Publicação do edital do concurso:

Para além da publicação na 2.ª série do *Diário da República*, o presente edital é também publicado:

- a) Na Bolsa de Emprego Público;
- b) No sítio da Internet da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa;
- c) No sítio da Internet da UAlg, [www.ualg.pt](http://www.ualg.pt) nas línguas portuguesa e inglesa.

## 12 — Prazo de validade do concurso:

12.1 — O concurso é válido para o posto de trabalho referido, caducando com a sua ocupação ou por inexistência ou insuficiência de candidatos;

12.2 — O concurso pode ainda cessar por ato devidamente fundamentado do Reitor da Universidade do Algarve, respeitados os princípios gerais da atividade administrativa bem como os limites legais, regulamentares e concursais.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

24 de junho de 2013. — O Reitor, *João Pinto Guerreiro*.

207078123

## UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

## Despacho (extrato) n.º 9030/2013

Por despacho de 12 de junho de 2012 do Reitor da Universidade da Beira Interior, foi autorizada, a partir de 3 de dezembro de 2012, a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, do Doutor César Augusto Teixeira Marques da Silva, como Professor Auxiliar, do mapa de pessoal da Universidade da Beira Interior, para o exercício de funções na Faculdade de Ciências, nos termos do artigo 25.º do ECDU, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e Lei n.º 8/2010, de 13 de maio.

28 de junho de 2013. — A Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, *Alda Emília Bebiano de Castro Martins Oliveira Ribeiro*.

207079258

## UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## Aviso n.º 8773/2013

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, no âmbito do procedimento concursal comum destinado ao recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, mediante a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado publicado sob o Aviso n.º 13611/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 12/10, Ref. DRH048-12-834, homologada por despacho Senhor Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Henrique Santos do Carmo Madeira, exarado a 24/06/2013 proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6 de janeiro de 2013, através do Despacho n.º 487/2013, foi afixada nas instalações do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, do Centro de Serviços Comuns, da Administração desta Universidade, sitas no piso 1 do Edifício da Faculdade de Medicina, Polo I da Universidade de Coimbra, Rua Larga, 3004-504 Coimbra, e disponibilizada na página eletrónica deste serviço ([url:www.uc.pt/drh](http://url:www.uc.pt/drh)).

Consideram-se ainda notificados do ato de homologação da lista de ordenação final, conforme estatuído nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da Porta-